



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 1087/2025)**

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 16-A e aos incisos I e II do § 2º do art. 16-A, todos da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, incluídos pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, nos termos a seguir:

**“Art. 16-A.** A partir do exercício de 2027, ano-calendário de 2026, a pessoa física cuja soma de todos os rendimentos recebidos no ano-calendário seja superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) fica sujeita à tributação mínima do imposto de renda das pessoas físicas, nos termos deste artigo.

.....  
**§ 2º** .....

**I** - para rendimentos iguais ou superiores a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), a alíquota será de 10% (dez por cento); e

**II** - para rendimentos superiores a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) e inferiores a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), a alíquota crescerá linearmente de zero a 10% (dez por cento), conforme a seguinte fórmula: Alíquota % = (REND/120.000) - 10, em que: REND = rendimentos apurados na forma prevista no § 1º deste artigo.

.....” (NR)

## **JUSTIFICAÇÃO**

De acordo com a exposição de motivos do PL 1087/2025, o objetivo não é tributar dividendos, mas criar um imposto mínimo sobre os ditos “milionários”.

Uma renda de R\$ 50.000,00, ainda que seja relevante considerando a realidade brasileira, não significa que o contribuinte será um “milionário”, com alto patrimônio e rendimentos baseados em capital.

Diante do exposto, solicito o apoio de meus nobres pares nesta Casa para aprovação desta importante Emenda.

Sala da comissão, 28 de outubro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus  
(REPUBLICANOS - RR)**

